

APONTAMENTOS PARA UMA VISÃO INTEGRADA ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA SOBRE A CRIMINALIDADE VIOLENTA: PROPOSTA PARA O TURISMO EM ILHÉUS

Sócrates Jacobo Moquete Guzmán*

Resumo: *A ciência econômica, mais especificamente a sua corrente hoje dominante, neoliberal, tem substituído o Direito e a Política como linguagem do Estado, o que se reflete na elaboração e implementação de políticas públicas, principalmente nas áreas social e econômica. Como parte disto, a chamada “economia empírica” produziu numerosos estudos sobre temas sociais, tais como o das causas da criminalidade violenta. A base filosófica dos mesmos é uma visão restringida do ser humano, cujo comportamento estaria determinado pelo cálculo utilitário-racionalista em que só conta o ‘homem econômico’. As ciências sociais e a Política, no caso que nos interessa, levantaram muitas críticas a essa invasão do tratamento de temas sociais baseada em visão tão restrita do ser humano. Dentro da mesma Economia surgiram também críticas muito consistentes à “economia empírica”, mas até hoje nenhuma delas conseguiu convencer aos implementadores de políticas do perigo que representa elaborar diretrizes baseadas em diagnósticos tão restringidos. Este trabalho propõe a elaboração de uma visão integrada entre Economia e Política que permita aproveitar alguns dos evidentes avanços obtidos por economistas empíricos, mas que, ao incorporar a visão das ciências sociais, contribua como orientadora de políticas públicas eficientes e socialmente justas. O caso do município de Ilhéus permitirá uma primeira aproximação prática dessa visão integrada aos problemas da criminalidade violenta.*

Palavras-chave: Criminalidade; Teoria Econômica do Crime; Desenvolvimento.

1. UM RETROSPECTO SOBRE O TEMA

Durante os anos 2001 e 2002 participei de uma experiência pedagógica com os agentes da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul. Desse intercâmbio em sala de aula e fora dela, em aulas práticas nas quais assisti como observador, vivenciei a experiência de um dos lados mais importantes dos temas relacionados com a criminalidade e insegurança pública: os policiais civis, os integrantes da Brigada Militar, tanto oficiais quanto soldados, e os agentes da Superintendência dos Serviços Penitenciários, SUSEPE. Fruto dessa experiência surgiu meu interesse pela continuação do estudo dessa área, visto que muitas opiniões de agentes da segurança pública tendiam a coincidir com o que aqui identifico como “economistas empíricos”, principalmente sobre as causas da criminalidade. Mais intrigante ainda foi verificar o desconhecimento que tinham os agentes citados sobre aspectos que deveriam ser básicos para qualquer funcionário público, como o conhecimento do plano e das políticas que tem a ver com suas atividades. No IFCH da UFRGS, instituição através da qual fui contratado para realizar a labor citada, existe hoje um grupo de estudiosos dos problemas da segurança, liderado pelo sociólogo José Vicente Tavares dos Santos. Na Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, o sociólogo Paulo Fraga realiza várias pesquisas na área de criminalidade, sendo o líder do Grupo de Pesquisa sobre Violência, Política de Drogas e Direitos Humanos (inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq), do qual eu também faço parte. Isso implicaria em uma fonte de intercâmbio entre os mesmos, consolidando várias linhas de pesquisa nos Departamentos de Filosofia e Ciências Humanas e de Ciências Econômicas da UESC.

*Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. Doutor em Ciência Política. socrates@uesc.br.

2. DEFINIÇÃO DA VISÃO ECONÔMICA SOBRE A CRIMINALIDADE E PROPOSTA DE SUA INTEGRAÇÃO COM A CIÊNCIA POLÍTICA

As ciências sociais e as ciências sociais aplicadas costumam realizar estudos e avaliações sobre o impacto da violência e insegurança pública na sociedade, utilizando cada uma delas seus respectivos instrumentais teóricos e metodológicos.

A ciência econômica, como campo do saber integrante das ciências sociais aplicadas, desenvolve (cada vez mais) numerosos e produtivos estudos sobre as causas e conseqüências da violência e criminalidade na sociedade. Existe uma área de estudo, conhecida como “economia empírica”, que ganhou muito respeito nas últimas décadas devido à solidez dos dados apresentados nas suas pesquisas para lidar com questões anteriormente restringidas às ciências sociais. Além do mais, vários de seus teóricos ganharam o Nobel de Economia, como foi o caso de Gary S. Becker em 1992, “por ter estendido o domínio da análise microeconômica a um amplo campo do comportamento e a interação humanos incluindo comportamentos não mercantis”, segundo destacaram os que outorgam o Prêmio Nobel.

Na atualidade, a citada linha de pesquisa tende a se popularizar, chegando a ser objeto de atenção de publicações como a revista *Veja* (2004), que destacou o surgimento de mais um economista, Steven Levitt, que com apenas 39 anos estaria cotado para o Nobel por seus estudos empíricos aplicados a qualquer área das relações humanas, que tentam explicar assuntos como as causas da criminalidade violenta, as vantagens de legalização do aborto para reduzir os índices de criminalidade, a correlação das despesas milionárias com os resultados das eleições, entre outros temas. Destaca essa publicação, citando especialistas da área econômica, que “Levitt e outros pesquisadores empíricos trabalham como se a realidade fosse um laboratório onde se podem separar claramente todas as variáveis do problema”. De fato, a linha de pesquisa que utiliza os instrumentais do utilitarismo racional na ciência econômica acabou se consolidando como explicação dominante de muitos fenômenos sociais, tendo passado a orientar, através de diretrizes rigorosas, muitos governos na elaboração e implementação de políticas públicas de cunho social, e mais especificamente relacionadas com o tema da segurança pública, onde um suposto cálculo de custo-benefício por parte dos agentes racionais bem informados determinaria sempre o resultado social, obtido em qualquer espaço e tempo. Argumentos favoráveis a essa visão aparecem em BANCO MUNDIAL (1997); críticas podem encontradas em SEN (1999) e TOUSSAINT (2002).

Assim, o limite da relação utilitarismo racional econômico como explicador dos fenômenos sociais parece não existir, já que alguns teóricos economistas falam até da economia como a “gramática universal da ciência social”. (HIRSCHLEIFER, 1985, apud TOUSSAINT, 2002, p. 247). Eles, tentando ser irônicos, se autodefinem como imperialistas da ciência econômica, querendo dizer que utilizam os instrumentos teóricos da economia para explorar e conquistar novos territórios. Nas palavras de Hirschleifer:

Só há uma ciência social. O que dá à ciência econômica seu poder de invasão imperialista é o fato de que as nossas categorias analíticas são verdadeiramente de aplicação universal. Assim, a ciência econômica constitui a gramática universal da ciência social. (HIRSCHLEIFER, 1985, apud TOUSSAINT, 2002, p. 247).

No ano de 2005 foi lançado no Brasil o único livro publicado por Steven Levitt: “Freakonomics”, em co-autoria com o jornalista Stephen Dubner, com grande sucesso editorial, estando em sua sétima reimpressão e com uma versão eletrônica, ou e-book. Consiste, principalmente, em uma série de artigos já publicados em revistas especializadas de Economia, mas levados a uma linguagem mais palatável para o público em geral. Cabe destacar que o jornal

Valor Econômico publica, desde finais do ano passado, uma coluna mensal com os autores citados para tratar de assuntos relacionados com os temas do campo de estudo “inventado” por eles.

O termo cunhado por Levitt e Dubner, “Freakonomics” é intraduzível em uma só palavra, mas de acordo à tradutora da versão brasileira, significa economia excêntrica. Alguns dos temas anunciados no sumário são: O que os professores e os lutadores de sumô têm em comum? Por que os traficantes continuam morando com as mães? Onde foram parar todos os criminosos? O que faz um pai ser perfeito?

Como pode ser verificado, os citados temas não parecem proceder de um reputado economista, que poderia estar envolvido na pesquisa de explicações para assuntos macroeconômicos, como inflação, juros e câmbio, como bem destaca o autor do prefácio do livro, Cláudio Haddad. Pelo contrário, Levitt se declara incompetente nessas áreas, mesmo tendo seu PhD (doutorado) em economia pelo MIT, uma prestigiosa universidade norte-americana, o que de fato deixa claro que é mais um assunto de escolha do autor por outro tipo de pesquisa.

Levitt é um dos mais destacados economistas na atualidade, diferenciando-se em ter aplicado a teoria econômica a diversos tópicos usualmente não tratados pela economia tradicional. É necessário advertir que o método de análise utilizado por Levitt fundamenta-se nos mesmos princípios defendidos pelos economistas neoclássicos e seus contemporâneos neoliberais, quer dizer, o paradigma do utilitarismo racional ou maximização da utilidade desde o ponto de vista microeconômico. Isto é, o indivíduo racional busca a maior satisfação de seus interesses, independente dos interesses dos outros, sendo que a somatória de todos esses interesses egoístas levaria a um resultado social justo. Cada indivíduo agiria através de um cálculo racional utilitário.

Críticas importantes têm sido lançadas à concepção dominante por considerar unicamente o racionalismo do “homem econômico” como determinante das decisões e ações sociais. (SEN, 1999; THURLOW, 1997). Amartya Sen, economista indiano ganhador do Nobel de Economia em 1998 por suas contribuições à chamada “economia do bem-estar”, é um agudo crítico dos autodenominados “imperialistas econômicos” pertencentes à “economia empírica”. SEN (1999) não propõe uma ruptura radical com essa visão utilitarista econômica, mas a integração de uma parte de sua rigorosidade analítica quantitativa com a ciência política, para tentar dar conta dos problemas presentes na sociedade. Para tanto, se faria necessário o resgate e reincorporação da Ética à economia para romper com a suposição extremamente restrita do comportamento auto-interessado que impera na economia. Nesse sentido, esse autor destaca outros aspectos do comportamento humano que iriam ao encontro do comportamento auto-interessado.

Dentro desses aspectos, o comportamento baseado em regras teria sido de extrema importância para a obtenção da eficiência econômica do indivíduo e do grupo, regras tais como dever, lealdade e boa vontade que não são de fácil mensuração e que portanto ficam de fora da análise da “economia empírica”. O Japão seria uma prova de sociedade onde ocorreu o desenvolvimento, afastando-se sistematicamente do comportamento auto-interessado e indo em direção ao comportamento baseado nesse tipo de regras. De fato, aponta Sen (1999), essa nação é uma das que contam com menor número de advogados, pouca frequência de litígios, baixo índice de criminalidade, o que seria causado pelo respeito a normas sociais básicas como não jogar lixo nas ruas, tudo isto em comparação com países do mesmo nível de riqueza. (SEN, 1999, pp. 33-34).

A integração entre política e economia aqui proposta é tributária de uma parte importante da visão de SEN, ele que foi além da ciência econômica para se converter em um estudioso das questões da filosofia política. Em continuação, destacamos algumas idéias desse autor para deixar mais acabada a nossa proposta de integração. SEN (1999) sugere que a origem da economia teve duas fontes diferentes, mas ambas relacionadas à política:

respectivamente concernentes à 'ética', de um lado, e ao que poderíamos denominar 'engenharia', de outro. A tradição ligada à ética remonta no mínimo a Aristóteles. Logo no início de *Ética a Nicômano*, Aristóteles associa o tema da economia aos fins humanos, referindo-se à sua preocupação com a riqueza. Ele considera a política 'a arte mestra'. A política tem de usar 'as demais ciências', inclusive a economia, e 'como, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência precisa incluir a das outras, para que essa finalidade seja o bem para o homem'(...) 'A vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa'. A economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política, e esse ponto de vista é elaborado na *Política* de Aristóteles. (...) Não há margem em tudo isso para dissociar o estudo da economia do estudo da ética e da filosofia política. (SEN, 1999, p. 19).

Como pode ser derivado dessas idéias de Amartya Sen, uma linha de pesquisa baseada em uma visão filosófica do homem centrada unicamente no seu papel econômico na sociedade está em profundo conflito com a ética e a política enquanto agregação dos interesses e a busca do bem social.

Procuramos, portanto, com este trabalho, principalmente, chamar a atenção de alguns perigos presentes e decorrentes da aplicação da chamada "economia empírica" para a orientação da elaboração de políticas públicas sociais, em particular a relacionada com a segurança cidadã. De fato, tais teorias, ao estarem baseadas em uma visão restringida do comportamento humano (considerando o homem só em seu papel econômico na sociedade) acabam restringindo também as possibilidades de obtenção de soluções consistentes com os problemas presentes na sociedade.

Criticar a concepção dos economistas empíricos supõe defender outro tipo de reflexão sobre os determinantes da ação humana, onde convergem o homem econômico e o homem social. Assim, o problema da economia neoclássica é sua visão unilateral que tem como base teórica para a análise das escolhas dos indivíduos, ao homem econômico que é racional, maximizador auto-interessado ou egoísta, que sempre trata de incrementar seu bem-estar, são essas partes importantes dos supostos presentes nas análises de nossos textos de microeconomia. Mas, o homem não só atua como agente econômico, ele vive em sociedade, e, portanto, atua também exercendo seu papel de homem social, que se orienta pelas normas e está plenamente socializado e apóia os benefícios que são importantes para os outros integrantes da sociedade, se solidarizando com eles.

De fato, o mundo social está presente em cada ação econômica. A ciência econômica é o produto de uma longa história coletiva. O homem econômico é um indivíduo histórico, como bem nos lembra Bourdieu (1997). Portanto, as necessidades, as preferências ou as propensões não são exógenas, mas endógenas. Na concepção desse autor, o espaço social é um campo de força ou de luta caracterizado pelas relações e interações entre os atores, no interior do qual os indivíduos ocupam diferentes posições determinadas pelas diferentes formas de capital acumuladas no transcurso de suas vidas. Isto dá lugar a relações de força e a relações de poder do tipo dominante/dominado.

Ao considerarmos essa visão integradora do social e econômico e não de subordinação do primeiro ao segundo, é que pretendemos pensar algumas questões para o caso brasileiro em relação às políticas públicas para a área de segurança pública.

Trazendo para o contexto nacional, consideramos um grande avanço a elaboração do atual Plano Nacional de Segurança Pública de Brasil (s/d), principalmente quando seus autores admitem que "as políticas de segurança podem se constituir em variáveis significativas, dependendo das condições em que se aplicam e do tipo de criminalidade que buscam reduzir" (p. 10). De fato, para enfrentar o problema da criminalidade não podemos só aumentar o número de policiais nas ruas, como sugerem as conclusões de trabalhos da linha de pesquisa da "economia

empírica”; precisa-se superar um conjunto de fatores que atuam em sinergia e que são frutos de realidades históricas, sociais e econômicas. No documento do Plano Nacional de Segurança se colocam alguns:

é preciso distribuir renda, reduzir as desigualdades, elevar drasticamente as taxas de escolaridade, eliminar o racismo embutido em nossa pirâmide social, valorizar as mulheres, gerar emprego e renda, incorporar a juventude pobre ao mercado de trabalho e consumo, promover condições de integração à cidadania que façam renascer esperanças no deserto do ceticismo, hoje cultivado pelas fontes de recrutamento criminoso. (BRASIL, s/d, pp. 8-9).

Questões como as anteriores, relacionadas com a elaboração e implementação de políticas públicas devem ser fruto de muita atenção, o que constituirá um eixo central na visão integradora que aqui propomos entre economia e política. As políticas públicas não devem continuar subordinadas à visão economicista dos problemas do Estado e nação brasileiros, mas pelo contrário devem ser recolocadas no mesmo nível como mínimo das questões macroeconômicas. Esse é o grande desafio de um governo que pretenda construir as bases da mudança da realidade herdada, a qual é fruto de séculos de privilégios para poucos e exclusão para as maiorias.

Outro aspecto importante que queremos levantar aqui é a necessidade de um diálogo crescente entre as ciências sociais e as ciências sociais aplicadas que construa um respeito mútuo entre áreas tão amplas. Só assim poderão ser aproveitados os avanços e conquistas para o conhecimento do comportamento humano que estudos de temas como o da segurança pública têm obtido com instrumentais mais quantitativos desde a área econômica, assim como com instrumentais mais teóricos-quantitativos desde as ciências sociais, a política em particular.

Mais detalhadamente, para o caso brasileiro, cabe criticar a visão utilitarista racional de modelos como a *teoria econômica do crime*, (FERNANDEZ e PEREIRA, 2002; ANDRADE *et al*, 2003) procurando através de seus limites explicativos uma integração com teorias provenientes da ciência política, cujo resultado esperamos seja a construção de uma base conceitual que oriente o desenho de indicadores mais objetivos da questão da segurança pública, os quais poderão ser utilizados pelos pesquisadores em futuros trabalhos que avaliem o tema dos custos da criminalidade violenta em diferentes áreas, como a econômica.

3.- UMA TENTATIVA DE ABORDAGEM DO CASO DE ILHÉUS A PARTIR DA VISÃO INTEGRADA

Os municípios que compõem o litoral Sul da Bahia e mais especificamente os da chamada “Costa do Cacau”, são, junto com o restante litoral desse estado, visitados anualmente por turistas de todo o Brasil e do exterior atraídos pelo tipo de turismo chamado *home plus*, isto é, pelo turismo que oferece lazer e divertimento devido o clima ameno e a beleza da orla dessa região. (SIMÕES, 2002). Um fator decisivo para a demanda do serviço turístico é a segurança que deve ser garantida pelo aparelho público nas suas diferentes instâncias, municipal e estadual especialmente.

Certamente, as dimensões econômica e social entram na elaboração de uma análise sobre a influência da criminalidade violenta no crescimento e desenvolvimento da atividade turística na Costa do Cacau da Bahia, com ênfase no município de Ilhéus. A sensação de insegurança da população varia de acordo com o grau de criminalidade, que pode ainda afetar, com a crescente penetração dos meios de comunicação de massa no mundo globalizado, o nível de entrada de turistas na região ou município citados.

Parte-se do pressuposto de que existe uma relação estreita entre a qualidade da segurança pública e o potencial de crescimento econômico gerado pela atividade turística (BRASIL, s/d, p. 4). Para dimensionar a importância desta relação, propõe-se analisá-la tanto em termos teóricos

como quantitativos, identificar os principais problemas e levar ao encaminhamento eficiente de soluções realistas no contexto de crise fiscal que vive o setor público.

Considerando a crise fiscal do Estado em seus diferentes níveis governamentais, sugere-se estudar multidisciplinarmente e com particular atenção a relação que existe entre o financiamento da segurança pública e os indicadores que medem a sua qualidade. No citado estudo de dois economistas da Universidade Federal da Bahia, Fernandez e Pereira (2002), se identifica, a partir da aplicação de modelos econométricos, que a ação do setor público municipal possui relevante importância no contexto atual na redução da criminalidade. Em suas palavras: "por reduzir a probabilidade de aumentos nos índices de criminalidade, a receita municipal deve ganhar uma importância adicional nas políticas públicas de combate ao crime". (FERNANDEZ e PEREIRA, 2002, p.19).

Portanto, parece que um enfoque dirigido à questão do tratamento dado pelo setor público local aos temas relacionados com violência e criminalidade é de central importância para se medir o impacto na obtenção de melhoras significativas no crescimento e sustentação da atividade econômica. Aí reside um dos aspectos principais da visão integrada entre o social e o econômico que se propõe, já que do correto diagnóstico das causas da criminalidade violenta poder-se-á, como é óbvio, achar soluções eficientes. A visão utilitarista econômica utilizada pelos "economistas empíricos" limita muito a elaboração desses diagnósticos, pelo que a proposta de uma visão integrada entre Ciência Econômica e Ciências Sociais parece muito interessante pelos frutos que pode dar.

Mas, também desde o ponto de vista da política surgem alguns problemas que devem ser enfrentados. Assim, desde finais do século recém - finalizado, o conceito de Estado Nacional tem sido colocado em questão desde diferentes perspectivas, sendo uma das principais aquela que enfatiza a necessidade de retirada do Estado das mais tradicionais áreas nas quais antes pensava-se que era inerente ao poder público a sua participação, por questões de cunho social e empírico, como aquelas em que as chamadas falhas de mercado não davam conta da oferta de uma certa categoria de bens e serviços. Essa ênfase no mercado como alocador mais eficiente e único dos bens e serviços é uma das características do que se convencionou chamar genericamente de neoliberalismo.

A hegemonia da visão do mercado como único determinante da dinâmica econômica e social e a inserção competitiva das nações no mundo globalizado são as alternativas dominantes no mundo atual para dar conta do esgotamento da capacidade de financiamento do desenvolvimento por parte do Estado. No Brasil se costumou identificar a intervenção do Estado na economia como parte decisiva do modelo de industrialização por substituição de importações, em suas diferentes etapas, iniciadas com o governo Vargas. A crise fiscal do Estado foi considerada um fator fundamental na implementação das reformas de mercado para a retomada do crescimento econômico. Mas isto não foi acompanhado do fortalecimento financeiro e institucional do setor público, o que o tem deixado cada vez mais impotente no enfrentamento de questões como a segurança pública. As próprias instituições financeiras públicas internacionais (IFIs), como o BID e o Banco Mundial, recentemente se autocriticaram quanto às suas primeiras recomendações, agrupadas nas chamadas reformas de primeira geração (ajuste macroeconômico), adotadas por muitas nações desde os fins da década de oitenta do século passado. Atualmente as IFIs, em sua agenda, incluem reformas de segunda e terceira geração, para dar conta de questões de tipo mais institucional, assim como as relacionadas com temas como o da segurança pública. (CAMDESSUS, 1997; BANCO MUNDIAL, 1997; BID, 2002).

4.- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, discutiu-se aqui a visão dominante hoje nos governos do mundo todo e na América Latina, até certo tempo atrás, em relação aos aspectos sócio-econômicos que

preocupam a cidadania. Propôs-se, então, desenvolver uma visão integrada entre ciência econômica e ciência política sobre os efeitos e custos da violência, criminalidade e insegurança pública, com uma aplicação para o caso de Ilhéus. Pretendeu-se com isso contribuir, através da integração entre ciência econômica e ciência política, na identificação dos problemas subjacentes da criminalidade violenta, o que permitiria uma melhor elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas à sua superação e/ou controle. Essa visão integrada permitiria sinalizar para indicadores dos efeitos e custos da violência e insegurança pública no município de Ilhéus e da região cacauceira, que é o raio de ação da UESC.

5.- BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M.; Machado, A.; Guimarães, C.; Tello, R. Perfil ocupacional das vítimas e criminosos no município de Belo Horizonte: um estudo exploratório. UFMG/CEDEPLAR, Texto para Discussão, 195. 2003.

BANCO MUNDIAL. World Development Report. The state in a changing world. 1997.
BID, 2002. El futuro de las reformas. Políticas Económicas de América Latina. Boletín trimestral, v.17, 1º trimestre, 2002. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública. Projeto Segurança Pública para o Brasil.** Ministério da Justiça do Brasil,/Instituto Cidadania-Fundação Djalma Guimarães. Brasília. s/d.
BOURDIEU, P. Espíritos de Estado. Génesis y estructura del campo burocrático. In _____ **Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción.** Barcelona: Anagrama, 1997.

CAMDESSUS, Michel. Toward a Second Generation of Structural Reform in Latin América. Discurso do Diretor-Gerente do FMI ante a Convenção Nacional de Bancos, Buenos Aires, 21 maio, 1997. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/speeches/1997/mds9706.htm>>.

FERNANDEZ, J. C.; Pereira, R. A criminalidade na Bahia sobre a ótica da teoria econômica do crime. Salvador: FCE-UFBA, Textos para Discussão, n.10, 2002. Disponível em: <http://www.mesteco.ufba.br/crime10.pdf>.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

THUROW, Lester C. **O futuro do capitalismo. Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida. A dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 416 p.

VEJA. Revista. Prêmio para o bom senso. Edição no. 1.837, ano 37, no. 3, 21 de janeiro de 2004. Pp. 88-89.